



A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita

The reality of political-ideological classification: Left and Right wings

Célia Barbosa da Silva PEREIRA*

Resumo: Este artigo resgata, por meio de uma revisão bibliográfica, o debate sobre o uso dos termos esquerda e direita para classificação ideológica dos partidos políticos, a fim de ressaltar a validade desses termos na atualidade. A partir de uma análise histórico-conceitual, conclui-se que a direita pode ser entendida como forças sociais pró-capitalismo, cujas práticas políticas e orientação ideológica possuem o intuito de manter as estruturas econômicas, políticas, culturais e morais que favorecem a reprodução desse sistema. Historicamente, o conservadorismo e o liberalismo e suas variantes dominam esse campo. Já a esquerda, na sociedade moderna capitalista, comporta as forças sociais que disputam a direção das massas com vistas a um projeto societário socialista construído por e em prol da classe trabalhadora. Destacadamente, os socialistas, os anarquistas e os comunistas dominam esse campo.

Palavras-chave: Esquerda e direita. Classificação ideológica. Socialismo.

Abstract: This article revisits, through a bibliographical review, the debate on the use the terms Left and Right for the classification of the ideologies of political parties, in order to highlight the validity of these terms today. The conclusion, from a historical-conceptual analysis, is that the Right can be understood as being the pro-capitalism social forces, whose political practices and ideological orientation aim to maintain the economic, political, cultural and moral structures that favour the reproduction of this system. Historically, conservatism and liberalism and their variants have dominated this political field. On the other hand, the Left, in modern capitalist society, comprises the social forces that dispute and defend the masses with a view to a socialist project built by and for the working class. Socialists, anarchists and communists dominate this field.

Keywords: Left and Right. Ideological classification. Socialism.

Submetido em: 30/4/2018. 11/11/2018.

* Assistente Social. Mestre em Política Social. Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29075-910. Bolsista FAPES. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0001-7662-2197>>. E-mail: <celiabsp@gmail.com>.

 © The Author/Authors. 2019 Open Access This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>) license, which allows copying and redistribution of material in any media, as well as adapt, transform and create from this material for any purpose, even if commercial. The licensor can not revoke these rights as long as you respect the licence terms.

1 INTRODUÇÃO

O uso dos termos esquerda-direita aparece na literatura pertinente para classificar a *orientação ideológica* dos partidos políticos, cujas preferências seriam explicadas pelo vínculo com as classes sociais (SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUCO; MADEIRA, 2013; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012).

O conceito de ideologia na ciência e na sociologia política contemporânea tem sido empregado normalmente no sentido de indicar “[...] um conjunto de ideias e valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (STOPPINO, 1998, p. 585). Segundo o autor, Bobbio considera ser essa uma acepção frágil da ideologia, já que, “[...] no significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política” (STOPPINO, 1998, p. 585) como pioneiramente desvelou a crítica marxiana.

Segundo Konder (2002), “[...] o tema da ideologia – entendido como o registro de pressões deformadoras atuando sobre o processo de elaboração do conhecimento – é um tema muito antigo” (KONDER, 2002, p. 15). Data desde as primeiras elucubrações filosóficas empreendidas na Grécia antiga, passa pelas reflexões do período renascentista¹ e atravessa o empirismo de Francis Bacon – o qual destaca a necessidade de romper com as noções falsas inculcadas pelos seres humanos por meio do que chamou de ídolos²–, até chegar ao apelidado Século das Luzes (XVIII) (KONDER, 2002).

Entretanto, a origem do termo ideologia está ligada ao filósofo francês Destutt de Tracy, que, em sua obra *Elementos de Ideologia*, publicada em 1801, concebeu a “[...] ideologia como uma nova disciplina filosófica que devia incorporar os resultados mais significativos de todas as outras” (KONDER, 2002, p. 21). De maneira sintética, Tracy afirmava que

[...] agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias; se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as ideias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base (KONDER, 2002, p. 22).

De uma acepção originalmente positiva atribuída à ideologia, o termo passou a uma acepção negativa conferida por Napoleão Bonaparte, como mostras de sua indignação

¹ O Renascimento foi um movimento político-social-cultural que se desenvolveu no decorrer dos séculos XIV ao XVI, o qual questionava princípios apreçados na Idade das Trevas, como foi conhecida a Idade Média.

² Na obra clássica *Novum Organum*, Bacon afirma: “Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade, como, mesmo depois de seu pórtico logrado e descerrado, poderão ressurgir como obstáculo à própria instauração das ciências, a não ser que os homens, já precavidos contra eles, se cuidem o mais que possam” (BACON,[1620] ©2000-2003, p. 14).

em relação aos *ideólogos* – como ficou conhecido “[...] um grupo de intelectuais [...] que se dispunham a prestar aos detentores do poder uma assessoria esclarecedora, orientando-os no sentido de promover o aprimoramento das instituições” (KONDER, 2002, p. 22), do qual Tracy fazia parte.

A aceção negativa da ideologia foi incorporada por um dos pioneiros do pensamento socialista utópico, Fourier, que identificou a atuação ideológica deformadora presente na produção literária humana, ao denunciar “[...] um discurso moralista, pretensamente racional e científico, que caluniava as paixões e dificultava enormemente a compreensão dos homens por eles mesmos” (KONDER, 2002, p. 23).

Apesar da aceção negativa herdada de Fourier, o tema da ideologia ganhou em Marx um tratamento inédito (KONDER, 2002). Afirma o autor:

A ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma ideia que vincula a ideologia à alienação (ou ao estranhamento, se preferirem) (KONDER, 2002, p. 31).

Em outras palavras, no pensamento marxiano, “[...] a ideologia – no essencial – era a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade” (KONDER, 2002, p. 40). As raízes da ideologia estariam na divisão social do trabalho e na afirmação da propriedade privada como responsáveis pela divisão da sociedade em classes sociais e pela conseqüente distorção dos valores fundantes do gênero humano afirmados na mediação do processo de trabalho.

Com o foco nesses aspectos de denúncia da força ideológica no processo de dominação da classe trabalhadora é que em alguns textos de Marx e Engels a ideologia é destacada unilateralmente pelo sentido de “[...] falsa consciência” (KONDER, 2002, p. 49). Por outro lado, afirma Konder, não se pode desconsiderar que as formulações marxianas indicam que o processo da ideologia ultrapassa os limites da falsa consciência, uma vez que seu movimento incorpora conhecimentos verdadeiros, reais.

Mesmo no campo da tradição marxista, a concepção da ideologia pode variar desde uma aceção negativa até uma aceção também positiva, tal como assumem influentes teóricos, por exemplo Lênin, Lukács e Gramsci (KONDER, 2002)³, o que demonstra que, dada a polissemia do termo (STOPPINO, 1998), ao falar de ideologia é preciso fazer uma opção metodológico-conceitual.

³ Lênin considerou ideologias reacionárias e ideologias progressistas, bem como observou a contraposição fundamental no capitalismo entre ideologia proletária e ideologia burguesa. Enquanto isso, Lukács afirmou a existência de ideologias progressistas e ideologias conservadoras, a partir do uso histórico e, levando em conta a eficácia política imediata, considerou ideologias conseqüentes e ideologias confucionistas (KONDER, 2002).

Na trilha dos autores que abordam a acepção positiva, a interpretação gramsciana a respeito da ideologia poderá ser bastante útil a este artigo, uma vez que permite fazer uma mediação entre a forma normalmente empregada no campo da ciência política e a concepção crítica marxista atribuída ao termo.

Esse exercício de mediação não pode ser levado a cabo sem que se tenha em mente que, para Gramsci,

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, 'desejadas'. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é a validade 'psicológica': elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são 'arbitrárias', elas não criam senão 'movimentos' individuais, polêmicos, etc. (GRAMSCI, 1986, p. 62-63).

Em outras palavras, como já esclareceu Simionatto (2004), as ideologias orgânicas diferem de ideologias efêmeras realizadas por pequenos grupos e cuja interferência nas ações humanas não são significativas. As ideologias orgânicas incidem historicamente na dinâmica da sociedade de forma expressiva e, por isso, podem contribuir com o direcionamento de processos conservadores, assim como revolucionários.

É a essa ideologia orgânica que Gramsci refere-se ao indicar uma concepção de mundo que se apresenta em um nível filosófico capaz de, inclusive, transformar-se em um movimento cultural expresso não só em pretensões, vontades, mas produzir ações práticas, que, por sua vez, contêm implicitamente uma proposição teórica. Nas palavras do autor, "[...] é uma 'ideologia', podemos dizer, desde que se dê ao termo 'ideologia', o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas [...]" (GRAMSCI, 1986, p. 16).

Quando se trata de classificação ideológica, a atenção deve incidir sobre as ideologias orgânicas, pois são as que, conforme Gramsci (1986), caracterizam os partidos políticos. Segundo ele:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a ela, isto é, em que funcionam quase como 'experimentadores' históricos de tais concepções (GRAMSCI, 1986, p. 22).

Isso não significa que essa experimentação ocorra sem contradições; ao contrário, é permeada por tensões que se expressam nas práticas e discursos dos partidos políticos. Portanto, ao falar de classificação político-ideológica a partir dos termos generalistas esquerda e direita, é preciso ter em mente que também dentro de cada um desses campos existem disputas e diferentes segmentações, que demonstram a amplitude do espectro político.

A partir dessa visão sobre a ideologia, pode-se fazer a mediação da relação dessa com a prática e vice-versa. Do contrário, cai-se no risco de simplificar o uso dos termos como adverte Bobbio,

‘Esquerda’ e ‘direita’ não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. ‘Esquerda’ e ‘direita’ indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e valorações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (BOBBIO, 1995, p. 33).

Ou seja, os termos indicam um conteúdo valorativo que acompanha as práticas dos sujeitos sociais e que se traduzem em políticas públicas, para citar apenas um exemplo diante do amplo conjunto de ações políticas que demonstram o pertencimento de classe e o projeto de sociedade que notadamente os partidos políticos pretendem afirmar.

2 O DEBATE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA: ESQUERDA-DIREITA

O conteúdo político-ideológico empregado nos termos esquerda-direita remonta ao século XVIII, à Assembleia Constituinte instaurada em 1789, no contexto da Revolução Francesa. A distinção correspondia à disposição espacial ocupada por aqueles que defendiam o antigo regime (Feudalismo) e os que lutavam para estabelecer uma nova ordem e que ficavam, respectivamente, à direita e à esquerda do rei (SADER, 1995; TAROUÇO; MADEIRA, 2013; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012). Assim, durante todo o século XVIII e parte significativa do século XIX, a direita e a esquerda eram associadas ao conservadorismo e ao liberalismo, respectivamente (TAROUÇO; MADEIRA, 2013).

Conservadorismo é um daqueles vocábulos da ciência política cujo significado ainda é bastante intrincado e debate ainda possui muitas lacunas⁴. Comumente nessa área de

⁴ Conservadorismo e o seu antônimo político mais comum, progressismo, constituem temas caros principalmente para o campo da ciência política e exigiriam um tratamento mais rigoroso do que foi possível efetuar neste artigo, que, devido aos limites de espaço e o objetivo proposto, não recupera as determinações históricas, políticas, econômicas e culturais fundamentais para uma melhor compreensão deles. Para uma aproximação com o debate sobre o conservadorismo, consultar Bonazzi (1998) e Souza (2015) e, para um maior aprofundamento, ver Nisbet (1987), cuja argumentação sustenta que “O conservadorismo é uma das três ideologias políticas mais importantes dos últimos séculos no Ocidente, sendo as outras duas o liberalismo e o socialismo” (NISBET, 1987, p. 9). Nas literaturas pesquisadas, sobretudo, da ciência política, o progressismo como um sistema definido de ideias e teorias política é abordado de forma correlacionada ao conservadorismo e sequer aparece como verbete no dicionário de política organizado por Bobbio. Nesse, aparece o verbete “Progresso” abordado por Binetti (1998), cujos apontamentos indicam que a origem do conceito, para alguns autores, remonta ao cristianismo e, para outros, ao período da Renascença, no qual a concepção humanista da história e a valorização da razão foram fundamentos filosóficos importantes para o

estudo, esse termo “[...] designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte de forças inovadoras” (BONAZZI, 1998, p. 242).

A origem do conservadorismo clássico remonta ao contexto da Revolução Francesa, quando ele se configura “[...] como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais [...]” (SOUZA, 2015, p. 4), caracterizando-se “[...] como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade” (SOUZA, 2015, p. 4). Contrapunha-se à ideia de progresso político difundida naquele contexto, isto é, direcionada à igualdade com vistas a produzir mudanças sociais (BINETTI, 1998). De forma que a ação política do conservadorismo constituiu-se fundamentalmente como reacionária e tinha como eixo a defesa de características institucionais do antigo regime feudal. Apenas no século XIX, o progressismo e conservadorismo ganharam instrumentalidade política mais marcada. Durante esse século, segundo Bonazzi,

[...] o progressismo se foi construindo baseado em três hipóteses fundamentais: a científica, que fez das ciências naturais modelos a imitar no desenvolvimento das ciências humanas e do próprio homem; a democrática, que viu na extensão do poder de decisão política a todos os indivíduos o melhor resultado a que se poderia chegar, a histórico-materialista, que fez da luta de classes o pré-requisito do necessário progresso humano. Combinadas entre si dos modos mais variados, estas hipóteses foram usadas como modelos interpretativos e como ideologia nas grandes transformações do século passado (BONAZZI, 1998, p. 244).

Apesar de alcançar dimensão política apenas nesse século, o pensamento conservador, desde 1790, com Edmund Burke, defende “[...] a afirmação clara da importância do feudalismo e de outras estruturas históricas tais como a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região [...]” (NISBET, 1987, p. 15-16). De outro modo, o positivismo contribuiu para modificar algumas bases filosóficas do conservadorismo e “[...] estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade [...]” (SOUZA, 2015, p. 5), de forma a realinhar suas disputas políticas, que passaram “[...] de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias” (SOUZA, 2015, p. 5).

Assim, a consolidação do capitalismo demarca a complexificação do Estado Moderno, a ascensão da burguesia como classe dominante, a subordinação da classe trabalhadora, a organização dessa em movimentos sociais e partidos políticos com vistas ao fim do processo de exploração. Esses processos são importantes para entender a ressignificação dos sujeitos políticos que passaram a protagonizar a esquerda e a direita no capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX (SADER, 1995; TAROUÇO; MADEIRA, 2013; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012). A burguesia e sua defesa do liberalismo como aporte teórico da política de livre mercado

questionamento da naturalização das tradições cristãs e medievais. Esses fundamentos foram adensados pelo movimento de racionalização no Iluminismo (Cf. BONAZZI, 1998).

a ser adotada na economia passaram definitivamente para o campo da direita e o proletariado ocupou o campo da esquerda (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

O aprofundamento dos conflitos entre capital e trabalho e o avanço da organização dos trabalhadores levaram a direita a ser composta por aqueles que procuram conservar o atual sistema vigente, o capitalismo, defendendo os interesses dos proprietários e de elites, isto é, da classe dominante; enquanto a esquerda comportaria os que almejam e lutam pela suplantação desse sistema pelo socialismo, ou seja, a classe trabalhadora organizada (SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUCO; MADEIRA, 2013). Entretanto,

[...] a partir da década de 1960, pode ser identificada uma redução na capacidade mobilizadora das categorias esquerda-direita. Assim como ocorreu com os partidos políticos, a distância ideológica entre os distintos pontos da escala tornou-se fluida. Se, de um lado, a direita liberal viu-se obrigada a incorporar algum grau de perspectiva redistributiva, em função da ameaça do socialismo, o campo da esquerda tornou-se mais permeável à economia capitalista, seus valores e instituições. A socialdemocracia tornou-se, assim, um elemento importante do cenário ideológico tradicional. Embora faça parte do conjunto de ideologias de esquerda, renega a perspectiva totalitária do comunismo e se mostra mais complacente com o modelo econômico capitalista (DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012, p. 213).

Entre o final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, a dificuldade de classificação ideológica ficou ainda mais acentuada, tanto devido à crise das experiências do chamado socialismo real lideradas pelos partidos comunistas quanto porque os partidos socialistas, de orientação social-democrata, com vistas a retornar ao governo em países de destaque na Europa Ocidental, como Grã-Bretanha e Alemanha, passaram a adotar a agenda da chamada *terceira via*⁵ e trouxeram para o campo da esquerda questões historicamente comuns ao campo da direita, por exemplo a defesa da liberdade individual (SEGRILLO, 2004; BOBBIO, 1995). Tal como a direita incorporou elementos tidos como próprios da esquerda, a adoção por parte da esquerda de elementos tidos de direita colocou a funcionalidade do uso dos termos esquerda-direita para a classificação dos partidos no centro do debate nos anos de 1990.

Segundo Bobbio (1995), houve quem defendesse o fim de qualquer visão dicotômica, mas também quem advogasse em favor da substituição da dicotomia esquerda-direita pela dupla progressismo e conservadorismo. Em parte, isso se explica, pois, mesmo

⁵ Conforme Segrillo (2004), “Em seu livro *Beyond Left and Right* (de 1994), o pensador britânico [Anthony Giddens] expõe a ideia de que a sociedade atual (pelo menos nos países com grau suficiente de modernidade) é extremamente complexa, e as tradicionais divisões esquerda/direita não constituem mais referenciais suficientes para a formulação de políticas adequadas. Em obra posterior (*The Third Way: The Renewal of Social Democracy*, de 1998), Giddens sistematiza uma série de preceitos (chamada de 'terceira via') para que a social-democracia consiga reconquistar o público de maneira ativa e eficiente socialmente. [...] Giddens propõe a utilização do que chama de *life politics*. Por esta 'política da vida', a nova 'esquerda-do-centro' da terceira via deveria não apenas trabalhar as grandes questões de justiça social, eficiência da economia e outras, mas também as questões que afetam os indivíduos pessoal e diretamente [...]. Ou seja, diversas bandeiras (da liberdade individual, do direito de escolha, da segurança pessoal), que no passado a direita e a centro-direita quase que monopolizaram, devem ser reapropriadas pela esquerda” (SEGRILLO, 2004, p. 617).

com distinções em alguns aspectos bastante contundentes, o conservadorismo e o liberalismo, com a consolidação do capitalismo, passaram a compartilhar ideologicamente a defesa desse sistema, expressando-se à direita, enquanto o progressismo e o socialismo constituíram-se como críticos dele e, por isso, foram associados à esquerda (TAROUCO; MADEIRA, 2013; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012).

Entretanto, neste artigo, compreende-se que os termos conservadorismo e progressismo constituem chaves analíticas distintas, ainda que imbricadas com a classificação ideopolítica direita e esquerda. Disso entende-se que o conservadorismo e o progressismo compõem os campos da direita e da esquerda, mas não podem ser igualados a esses. Diferente do conservadorismo, cujas pautas sempre estiveram associadas à direita, as pautas progressistas não se reduziram ao campo da esquerda. Ainda que de maneira limitada, foram incorporadas pela direita, da mesma forma que por um período histórico parte da esquerda acabou por negligenciá-las. Em outras palavras, há governos e partidos políticos de esquerda que podem ser mais ou menos progressistas, do mesmo modo que governos e partidos políticos de direita que podem ser totalmente conservadores ou em alguma medida progressistas.

Feita essa observação, o importante aqui é perceber que os autores que afirmam haver uma exaustão dos termos esquerda e direita e exclamam o triunfo do capitalismo fundamentam-se na chamada crise da esquerda comunista e socialista expressa na Europa e tomam como argumento a tendência centrípeta que tanto os partidos de direita quanto de esquerda apresentam na atualidade. Na contrapartida desta análise, um conjunto de autores defende o uso dos termos ainda hoje (BOBBIO, 1995; SADER, 1995; SEGRILLO, 2004; TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Essa negativa em usar os termos justificada por uma suposta falência da classificação ideológica dos partidos políticos pela ciência política deve ser entendida como parte de uma tendência maior que se expressou no campo das ciências sociais. De fato, como mostra Braz (2011), entre o final dos anos de 1980 e o início dos anos de 1990, é possível perceber três campos de interpretações sobre a crise do chamado *socialismo real*. O primeiro anunciava o triunfo do capitalismo, apresentava esse sistema como o único possível para a humanidade e proclamava o fim da história. Para alguns defensores desse campo, consolidava-se também o fim da luta de classes, para outros, significava um alerta ao sistema: era hora de debater novas formas de intervenção sobre as desigualdades sociais, atentar-se às demandas sociais.

O segundo campo aproveitava o ensejo para proclamar que a derrocada da experiência de transição revolucionária tornava antiquadas as formulações teóricas que fundamentavam as ideias socialistas de meados do século XIX e finais do século XX, propagando-se a crise do paradigma marxista. Os rebatimentos desse campo sobre a esquerda foram de duas ordens: por um lado, a expansão do pensamento pós-moderno fomentou o aparecimento de uma *nova esquerda* que rejeitava tanto o socialismo quanto o capitalismo; por outro, aparecia um novo tipo de colaboração de classes, que

de posse da ideia de fazer o possível nos limites do sistema não se eximia de fazer alianças com setores conservadores, o que o autor chamou de “[...] conservadorismo de esquerda” (BRAZ, 2011, p. 11).

O terceiro campo assentava-se na autocrítica das experiências revolucionárias do leste europeu para buscar a saída para a crise socialista. Esse campo reafirma o projeto socialista como alternativa viável e extremamente necessária ao capitalismo.

O importante é frisar que as interpretações sobre a crise socialista variam e levam a conclusões distintas; não há um consenso. Há afirmações que indicam o esgotamento do socialismo como alternativa ao capitalismo, para as quais a classificação ideológica dos partidos políticos não tem mais sentido. E existem também análises que indicam a atualidade da classificação esquerda-direita mesmo após a abertura do regime soviético ao capitalismo. Há ainda interpretações mais recentes que, tendo por pressuposto a crise socialista e deparando-se com uma crise também nas democracias capitalistas, enaltecem a negação dos próprios partidos políticos como forças aglutinadoras no contexto atual, como vimos no capítulo anterior.

Dentre os autores que defendem o uso dos termos esquerda e direita para a classificação ideológica dos partidos políticos, de maneira singular, Segrillo (2004) argumenta que, mais importante do que a interação entre esquerda-direita, é pensar o elemento impulsionador do sistema político, lançando a hipótese “[...] de que a esquerda tem o papel preponderante na dinâmica dos sistemas partidários, sendo talvez o *primum mobile* [motivação principal] das modificações radicais no sistema como um todo” (SEGRILLO, 2004, p. 628). Do que se pode entender que a tendência centrípeta não deve ser o foco das análises e sim o que diferencia os campos esquerda e direita.

Já Bobbio (1995) desenvolve um complexo debate filosófico em defesa do uso da díade (esquerda-direita), na atualidade que destaca os elementos de interação entre os campos. O autor busca superar a posição do esquema usual⁶ e propõe uma classificação teórica que toma como referência os princípios da igualdade e da liberdade e divide-se em: extrema-esquerda (igualitários e autoritários), centro-esquerda (igualitários e libertários), centro-direita (libertários e inigualitários) e extrema-direita (antiliberais e antiigualitários).

Para este autor,

[...] o que faz de um movimento de libertação um movimento de esquerda é o fim ou o resultado a que se propõe: a derrubada de um regime despótico fundado na desigualdade entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social, percebido como uma ordem injusta, e injusta precisamente porque desigualitária, porque hierarquicamente constituída; e a luta contra

⁶“De maneira geral, as teorias políticas utilizam o esquema direita/centro/esquerda para a descrição ideológica das agremiações partidárias. Frequentemente, a esquematização do sistema de coordenadas é baseada na interação entre esquerda e direita. O centro seria resultado da interação entre os dois extremos” (SEGRILLO, 2004, p. 622).

uma sociedade na qual existem classes privilegiadas e, portanto, em defesa e pela instauração de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, contra as mais comuns formas de discriminação (BOBBIO, 1995, p. 20).

Ou seja, o parâmetro de delimitação da esquerda seria a busca por justiça social, de combate das desigualdades sociais. Dessa feita, segundo o autor, se por um lado

[...] o igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam e que gostaria de fazer desaparecer são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (BOBBIO, 1995, 105).

Em outras palavras, enquanto o primeiro tem em vista atenuar as diferenças por meio de práticas que objetivam *tornar mais iguais os desiguais*, o segundo assentado numa suposta *igualdade de todos* acaba por exacerbar estas diferenças (BOBBIO, 1995, p. 108-109).

Para Bobbio (1995), se, por um lado, o critério da igualdade/desigualdade serve para diferenciar a esquerda e a direita, por outro, a liberdade seria o critério que permite distinguir dentro de um mesmo campo do espectro, os extremistas e os moderados.

Conforme o autor, os extremistas teriam em comum a compreensão de que, dada a natureza de qualquer projeto de transformação social radical, isso implicaria, ao fim e ao cabo, na instauração de regimes autoritários. Enquanto isso, os moderados considerariam primordial a defesa da liberdade. No campo da esquerda, os moderados buscariam conciliar a igualdade e liberdade.

Essa justaposição na prática, entretanto, não é algo simples, pois, como mostra o próprio autor, enquanto a igualdade traz uma ideia de coletividade, visto que só pode ser entendida com base em uma relação entre pelo menos dois sujeitos, a liberdade expressa “[...] um bem individual” (BOBBIO, 1995, p. 116). Isso, por vezes, pode gerar tensões entre interesses coletivos e individuais.

De toda forma, o que distingue a esquerda da direita, segundo esse autor, é o igualitarismo, já que o principal lema de lutas da esquerda é a abolição da propriedade individual considerada principal empecilho para a concretização de uma sociedade coletivista baseada nas necessidades dos seres humanos. O campo da esquerda é composto por todos aqueles que questionam a desigualdade decorrente das relações de classe, raça e sexo, ao passo que a direita defende a propriedade privada como um direito, como um bem inquestionável.

De maneira mais simples, Tarouco e Madeira (2013), bem como Dias, Menezes e Ferreira (2012), argumentam que o principal a ser considerado é que os conteúdos da igualdade social e do livre mercado defendidos, respectivamente, pelos princípios socialistas e capitalistas situados, nessa ordem, como esquerda e direita, continuam

atuais mesmo com as mudanças mundiais processadas no final do século XX, o que torna a diáde esquerda-direita válida mesmo nos dias de hoje.

A conceituação mais recente dos termos esquerda e direita que encontramos foi a de Boaventura Santos (2016). Ainda que o autor deixe explícita a existência de diferentes esquerdas e tenha sinalizado, inclusive, uma esquerda adaptada, conformada ao capitalismo, é significativa a definição que ele adota como norte para sua reflexão. Para o autor,

Esquerda é o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que assim procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade. A essa alternativa foi dado o nome genérico de ‘socialismo’ (SANTOS, 2016, p. 74).

Em contrapartida, conforme o autor, a direita no contexto atual comporta

[...] o conjunto das forças sociais, econômicas e políticas que se identificam com os designios globais do capitalismo neoliberal e com o que isso implica, no nível das políticas nacionais, em termos de agravamento das desigualdades sociais, da destruição do Estado social, do controle dos meios de comunicação e do estreitamento da pluralidade do espectro político (SANTOS, 2016, p. 113).

Em termos conceituais, neste artigo entende-se como direita as forças sociais pró-capitalismo e como esquerda as forças sociais anticapitalistas. Se, por um lado, não se pode reduzir a esquerda à presença unívoca das forças presentes no interior do movimento socialista mundial, por outro, historicamente, esse movimento detém a hegemonia do campo antes mesmo de tornar-se expressão da organização autônoma do movimento da classe trabalhadora moderna, quando o movimento operário reclama sua independência organizativa em relação à burguesia, a partir de meados do século XIX (MARX; ENGELS, [1848] 2010).

A compreensão do movimento socialista aqui empregada segue a trilha de Florestan Fernandes ([1980] 2008), que sobre ele sublinhou:

[...] Dentro de uma sociedade capitalista surgem forças antagônicas ao capitalismo, que buscam acabar com o modo de produção capitalista, o regime de classes, o Estado nacional, o sistema de poder da burguesia. E esse movimento tanto pode assumir uma forma gradualista quanto uma forma revolucionária. Então, o movimento é uma confluência das forças, de todas as forças que se voltam contra a ordem existente. Ou para introduzir reformas antiburguesas dentro dessa ordem; ou para alimentar uma revolução contra a ordem e organizar a sociedade, a economia, o sistema de poder em novas bases (FERNANDES, 2008, p. 390).

Assim, os partidos políticos socialistas nas palavras expressam “[...] a forma de organização institucional” (FERNANDES, 2008, p. 390) das forças sociais que almejam

a instauração da sociedade socialista. Para esses partidos, a construção do socialismo requer a superação do sistema capitalista, ou seja, o fim das relações de trabalho baseadas na exploração da força de trabalho e na manutenção da propriedade privada.

Entretanto, ao longo da história, o movimento socialista sofreu inúmeras metamorfoses expressas em rachas e tentativas de unificação que sinalizam a heterogeneidade dos grupos e as divergências quanto às escolhas dos objetivos imediatos e finais e das estratégias a serem seguidas. Essas metamorfoses apresentaram-se também na organização dos partidos políticos (BRAZ, 2011).

Considerações finais

Na contramão das análises que afirmavam a exaustão da classificação ideológica dos partidos políticos devido à tendência centrípeta, o artigo ressalta a atualidade dos termos esquerda e direita para classificação dos partidos políticos. Entende que o contexto em que Sader (2012) observa “[...] o novo ciclo de crise geral do capitalismo, iniciado em 2008” (SADER, 2012, p. 83) expõe de forma ainda mais incisiva a polarização esquerda e direita, uma vez que as saídas capitalistas para a crise têm sido no sentido de impor aos governos nacionais medidas austeras que afetam drasticamente a classe trabalhadora e eliminam qualquer possibilidade de defesa da justiça social atrelada ao desenvolvimento capitalista até mesmo em países capitalistas centrais.

Desde meados do século XIX, o socialismo expressava um movimento que pretendia completar a revolução iniciada pela burguesia no século XVIII, de maneira que “[...] o tema constante do movimento socialista desde então tem sido esta noção de ‘prolongar’ o princípio democrático do campo político para o social, de fato primariamente econômico” (PRZEWORSKI, 1988, p. 41). Em termos conceituais, a partir desse contexto o socialismo “[...] foi utilizado para se opor ao liberalismo e ao capitalismo, e também a outros elementos que alienassem ou reprimissem os homens, como a religião, a família patriarcal, o Estado, etc.” (ZAAR, 2013, p. 155).

Portando, desde a segunda metade do século XIX, é possível notar uma reconfiguração do campo da esquerda e direita. O socialismo passou a identificar o campo da esquerda, ainda que esse não possa ser igualado ou reduzido àquele⁷. Os grupos que compunham esse campo eram aqueles que de alguma forma expressavam a luta da classe trabalhadora moderna, que se organizaram nomeadamente como socialistas, comunistas e também anarquistas, para citar os principais. E são desses dois primeiros grupos (ambos defensores do socialismo) que surgem os principais partidos políticos de esquerda no século XX e XXI, como representantes dos interesses da classe

⁷ Em outras palavras, ser de esquerda não significa necessariamente ser socialista, mas ser socialista é necessariamente ser de esquerda.

trabalhadora, a saber, os partidos social-democratas, socialistas e comunistas (BRAZ, 2011)⁸.

De maneira geral, o artigo permite entender a direita como forças sociais pró-capitalismo, cujas práticas políticas e orientação ideológica possuem o intuito de manter as estruturas econômicas, políticas, culturais e morais que favorecem a reprodução desse sistema. Historicamente, o conservadorismo e o liberalismo e suas variantes dominam esse campo. Já a esquerda na sociedade moderna capitalista comporta as forças sociais que disputam a direção das massas com vistas a um projeto societário socialista construído por e em prol da classe trabalhadora. Destacadamente, os socialistas, os anarquistas e os comunistas dominam esse campo.

Referências

BACON, Francis. **Novum organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. Tradução e notas: José Aluysio Reis de Andrade. Pará de Minas, MG: Virtualbooks, ©2000-2003. (Biblioteca virtualbooks). Edição especial para a internet. Disponível em: <http://www.virtualbooks.com.br/>. Acesso em 17 out. 2017.

BINETTI, Saffo Testoni. Progresso. In: **Dicionário de política**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1998. p. 1009-1015. v. 1.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246. v. 1.

BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

⁸ Tanto socialistas quanto comunistas atribuíam ao Estado alguma função na luta política dos trabalhadores. No caso dos socialistas o objetivo era disputar conquistas em prol da classe trabalhadora dentro dos limites da ordem capitalista. Nesse caso, as reformas são vistas como ferramentas para forçar a transformação gradual do Estado burguês em um Estado do proletariado. Por outro lado, os comunistas, nos marcos de um processo revolucionário, têm no Estado proletário, um mecanismo necessário ao processo de transição a uma nova ordem societária, socialista. Sendo assim, a natureza de classe do Estado é orientada por e em função da emancipação da classe trabalhadora. Enquanto isso, os anarquistas se caracterizam essencialmente pela crítica ao Estado entendido como instituição de poder e autoritarismo. Por isso, é próprio dos anarquistas não organizar partidos políticos e defender uma ação abstencionista em relação aos processos eleitorais. Apoiado em Droz, Przeworski (1988) mostra que “O Congresso Anarquista em Claud-de-Founds, em 1870, alertava que a participação de ‘todos os trabalhadores’ na política governamental burguesa teria como resultado apenas a consolidação do ‘status quo’ e assim paralisaria a ação socialista revolucionária do proletariado” (PRZEWORSKI, 1988, p. 42). Segundo esse autor, depois de 1873, o apoio à corrente abstencionista sofreu redução no interior da Primeira Internacional.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane Bollouwer; FERREIRA, Geison da Cunha. “A quem serve o Graal?": um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, maio/ago. 2012. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11918/8102>.

Acesso em: 25 jul. 2016.

FERNANDES, Florestan. Movimento socialista e partidos políticos. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política III**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 383-432.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da historia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do Homem, série Filosofia, v. 48).

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 83-125. v. I.

MÉSZÁROS, Isteván. Ideologia e emancipação. In: MÉSZÁROS, Isteván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 327-513.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 41-81, jul./set. 1988.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, 2004, p. 615 a 632.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 3. ed. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno:

esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, abr./jun.2015.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 585-597. v. 1.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n45/a11v21n45.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ZAAR, Miriam Hermi Zaar. Dos socialismos utópico e revolucionário à economia solidária. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2 (número especial), p. 153-167, set. 2013. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1181/503. Acesso em: 20 out 2017.

Célia Barbosa da Silva PEREIRA

Doutoranda em Política Social (bolsista FAPES) e integrante como pesquisadora do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais, ambos pela UFES. Mestre em Política Social pela UFES (2012), como bolsista CAPES. Graduação em Serviço Social pela EMESCAM (2008).
